

Rolita Cavedon, Neusa

A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores

Organizações & Sociedade, vol. 21, núm. 68, enero-marzo, 2014, pp. 119-136

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400634026007>



Organizações & Sociedade,
ISSN (Versão impressa): 1413-585X
revistaoes@ufba.br
Universidade Federal da Bahia
Brasil

A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA DAS PERCEPÇÕES OLFATIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOS SERVIDORES

Neusa Rolita Cavedon

Resumo

O conceito de qualidade de vida no trabalho sob uma dinâmica multifacetada envolve aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e temporais, além das noções de saúde física e emocional, oportunizando uma sensação passível de ser interpretada desde uma perspectiva diacrônica, pessoal e social, como propiciadora da condição de bem-estar. Diante disso, este artigo tem por objetivo identificar como a qualidade de vida no trabalho é afetada em decorrência das percepções olfativas e quais as implicações na saúde dos servidores que integram o Departamento de Criminalística vinculado ao Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. A opção metodológica para a realização da pesquisa recaiu sobre a etnografia, tendo por técnicas a observação participante e a realização de entrevistas. A análise dos dados contemplou a articulação dos embasamentos teóricos com as categorias êmicas e com a interpretação ética, revelando que o "cheiro da morte" é tido como algo difícil de ser suportado pelos servidores, sendo o cigarro utilizado para amenizar os odores pútridos. A ingestão de certos alimentos igualmente fica comprometida pelo cheiro e visão do local de crime. Frente a este quadro, o desenvolvimento de máscaras e indumentárias ergonomicamente adequadas faz-se mister.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho; Olfato; Segurança Pública; Perícia; Etnografia

Abstract

The concept of quality of work life under a multifaceted dynamics involves cultural, social, economic, political and temporal aspects, in addition to the notions of physical and emotional health. It creates a sensation that can be interpreted from a diachronic, personal and social perspective, as the provider of well-being condition. Therefore, the purpose of this article is to identify how the quality of work life is affected as a result from smell perceptions and what the implications are for the health of employees of Department of Criminalistics, which integrates the General Institute of Forensics of Rio Grande do Sul. The methodology chosen to carry out this research was ethnography, with participative observation and interviews. The data analysis focused on the articulation of theoretical bases with emic categories and ethical interpretation, revealing that the 'smell of death' is regarded by the employees as something hard tolerate. The cigarette is a way of alleviating the putrid odors. The ingestion of certain foods is equally affected by the smell and view of the crime scene. In this context, the use of masks and ergonomically adequate clothing is a *sine qua non* condition.

Keywords: Quality of Work Life; Smell; Public Safety; Forensics; Ethnography

Doutora em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS. Professora Associada da Escola de Administração/UFRGS. neusa.cavedon@ufrgs.br

Introdução

artigo tem por objetivo identificar como a qualidade de vida no trabalho é afetada em decorrência das percepções olfativas e quais as implicações na saúde dos servidores que integram o Departamento de Criminalística (DC) vinculado ao Instituto-Geral de Perícias (IGP) do Rio Grande do Sul, atuando no plantão de atendimento aos locais de crime contra a vida.

A pesquisa se constitui como relevante na medida em que preenche lacunas de ordem acadêmica e de aplicabilidade para o campo empírico.

No campo empírico, os trabalhos desenvolvidos por Souza e Minayo (2005) e Vasconcelos (2011) apontam para a necessidade de estudos voltados para a área da Segurança Pública, de modo a que sejam desenvolvidas ações visando ao atendimento desses profissionais, “um dos segmentos mais vulneráveis aos acidentes e à morte no trabalho” (MINAYO, 2005) e que a despeito dos projetos empreendidos pelo governo em nível nacional ainda evidencia um longo percurso a ser percorrido para a identificação dos “fatores preditores e os fatores protetores, bem como os mecanismos para lidar com o estresse, pode auxiliar no delineamento de programas mais efetivos para promoção de qualidade de vida e saúde [...] tendo em vista a natureza da atividade policial e de defesa social e a consequente exposição constante a situações limite” (VASCONCELOS, 2011, p. 125)

Para Heloani e Capitão (2003), qualidade de vida no trabalho se apresenta de forma plural em termos de conceituação, informando sobre diferentes concepções, com variadas significações, e ausência consensual de conteúdos, o que remete a uma imprecisão conceitual na ótica de Lacaz (2000). Todavia, Sant’Anna, Kilimnik e Moraes (2011) identificam como ponto em comum, entre os estudiosos do tema, a aplicabilidade de pressupostos humanistas visando modificar aspectos no e do trabalho e, por via de consequência, propiciando melhorias em relação à satisfação dos empregados e com isso contemplando um dos objetivos organizacionais: o ganho em produtividade. Diante do exposto conclui-se haver ainda espaço para novas interlocuções teóricas. Sob o ponto de vista acadêmico, a lacuna que se quer preencher diz respeito à perspectiva diacrônica de compreensão do que vem a ser bem-estar a partir dos aportes teóricos da História e da Antropologia. A escolha para desenvolver o trabalho sob essa ótica recaiu sobre um foco até então articulado de maneira pouco profunda com o tema qualidade de vida no trabalho e saúde mental, qual seja, a percepção olfativa. O olfato tende a ser o sentido mais negligenciado pelos pesquisadores, que costumam dar mais atenção para a visão e a audição. Classen, Howes e Synnott (1996, p. 13) referem que “apesar de sua importância para as nossas vidas emocionais e sensoriais, o olfato é provavelmente o mais subestimado sentido do Ocidente moderno”. Assim, atentar para as percepções olfativas como desencadeadoras de sensações que remetem ao bem-estar ou ao desconforto e ao adoecimento no ambiente laboral com possíveis implicações na qualidade de vida, traz para a temática uma perspectiva focada e aprofundada sobre um sentido estudado sob a ótica de um *continuum* histórico-cultural-societal em diálogo com o ambiente organizacional.

A operacionalização da pesquisa se deu mediante a captura das vivências dos servidores lotados no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul através de um estudo etnográfico com inserção em campo, numa primeira etapa, de 2007 a 2010 e, em uma segunda etapa, a partir de 2011 com permanência prevista para mais dois ou três anos. O diálogo com os informantes se mostrou fundamental para que pudéssemos compreender as percepções atreladas às emanções odoríficas por eles experimentadas, para daí construir um saber organizacional específico ao universo em questão.

As teorizações que serviram de fundamento para a compreensão do campo empírico permitindo o avanço do saber sobre uma determinada categoria profissional e que também ampliou a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento de modo a contribuir para as discussões sobre qualidade de vida no trabalho serão inicialmente apresentadas. Na sequência, o método será explicitado de maneira mais detalhada.

Para em seguida os achados de campo serem descritos e analisados. O fechamento do artigo se concretiza com as considerações finais.

Qualidade de vida no trabalho: saúde e doença

A opção delineada nesse estudo é a que contempla a qualidade de vida atrelada à noção de saúde do trabalhador, manifestada por uma sensação de bem-estar físico e emocional. Lacaz (2000, p. 159), apoiado em diferentes autores e em programas internacionalmente estabelecidos, defende a necessidade de revisão dos indicadores epidemiológicos que expressam a relação saúde e doença no âmbito das atividades laborais, de modo a que a saúde e a qualidade de vida no trabalho ultrapassem a visão reducionista de “mais um mero elemento da produção”. Seguindo essa mesma proposição, Limongi-França (2009) considera a importância da qualidade de vida ser referente ao ser humano de maneira integral, de modo a contemplar os domínios: biológico, psicológico, social e organizacional. O domínio biológico atenta para as condições físicas hereditárias ou não: resistências e vulnerabilidades dos órgãos, aspectos metabólicos do organismo. Ao domínio psicológico correspondem as emoções, afetividade, raciocínio, conscientes ou inconscientes, e que interferem no modo de agir de cada pessoa. O domínio social remete para aspectos do grupo familiar, de amigos, de colegas de trabalho, do ambiente. O domínio organizacional está associado aos aspectos das culturas organizacionais, tecnologias, porte da organização, níveis de competitividade no mercado.

As implicações do trabalho sobre a saúde do trabalhador se dão em função das mudanças ocorridas no universo laboral. A nova configuração do mundo do trabalho aponta para o setor de serviços, onde a informação passou a ter destaque e o desgaste não é mais tão somente de ordem física, posto que, ao contrário, o sedentarismo domina as novas formas de atuação. Um simples “clic” na tecla do computador coloca o indivíduo em contato com outros espaços sem que ele saia do lugar, mas isso não significa ausência de tensão e de descontrole emocional, ao contrário, pode implicar estresse psicossocial. O estressor qualificado como sobrecarga ou ameaça ao indivíduo que se sente incapaz de operar o enfrentamento necessário, desencadeia consequências adversas que não são só passíveis de serem atribuídas ao âmbito organizacional, mas tem a ver com as características pessoais de cada pessoa que integra a organização. É certo que o ambiente organizacional tem uma significativa parcela no bem-estar do trabalhador na medida em que a socialização desenvolvida nesse espaço laboral oportuniza o desenvolvimento e o sentimento de pertença a um grupo para além da família. Mas, a percepção individual de descompasso entre esforço empreendido e ausência de recompensa adequada pode gerar emoções negativas e estresse a elas associado (SIEGRIST, 2011).

O enfrentamento das tensões pode se dar pela via do consumo de substâncias psicoativas, a exemplo, das bebidas alcoólicas. O consumo dessas substâncias não se restringe a causas orgânicas, mas revela fatores biopsicossociais. A sensação de relaxamento que advém dessa utilização acaba por fazer parte do elenco de estratégias que visam a minimizar o estresse e a emoção negativa dele decorrente. (GHERARDI-DONATO; LUIS; CORRADI-WEBSTER, 2011).

Rodrigues, Campos e Valente (2011) fazem referência a duas concepções a serem consideradas para efeitos de qualidade de vida: condições de vida e estilos de vida. Os autores definem estilo de vida como a maneira de agir, o comportamento da pessoa frente às situações que se delineiam a sua volta. Por outro lado, as condições de vida estão diretamente atreladas aos aspectos de ordem econômica e demográfica. Podemos inferir que a qualidade de vida, dentro desta perspectiva, em muito decorre da qualidade de vida no trabalho, tanto sob o ponto vista econômico, como emocional. Tal enfoque vai ao encontro das considerações de Mendes (2003, p. 328) sobre a inviabilidade de restringir as questões de saúde e doença ao espectro organizacional, na medida em que fica “evidente que o binômio saúde/doença pressupõe a articulação

entre as diferentes interfaces sociais e que ele depende do modo de viver, da qualidade de vida e do acesso que os indivíduos tenham a bens e serviços".

É notório que algumas profissões impactam de modo mais intenso emocionalmente aqueles que as exercem, de sorte ser "razoável afirmar que as pessoas que trabalham em ocupações de alto risco terão uma maior probabilidade de vivenciar as consequências negativas do *stress*". (JOHNSON et al. 2009, p. 67) Rodrigues e colaboradores (2011) buscaram atentar para uma delas: o exercício da prática médica. A primeira constatação dos autores é a de que esses profissionais não são preparados em seus cursos acadêmicos para lidarem com os sentimentos e as emoções na relação médico-paciente. A supressão dessa condição humana se dá sob a égide de que a "assepsia emocional" garantiria o desempenho adequado, calcado na técnica e no autocontrole. Lidar com o sofrimento, com a dor física do paciente gera, em certas circunstâncias, frustrações nos médicos que se veem limitados pelos mecanismos de intervenção vigentes e que, muitas vezes, são os causadores dos desconfortos relatados pelos pacientes. O medo relacionado à postura do paciente frente ao quadro de sua doença também gera estresse no médico que não foi preparado para lidar com as angústias e ansiedades das pessoas enfermas que o procuram. (RODRIGUES et al., 2011) A morte iminente daqueles que são portadores de doenças graves leva o médico a emocionalmente se sentir pressionado pelo paciente e pelos familiares, já que esses últimos muitas vezes irão culpabilizá-lo pela morte do integrante daquele grupo familiar, podendo ele vir a ser apontado como o responsável pelo fracasso do tratamento prescrito. A erotização que envolve o lidar com o corpo do outro também costuma ser omitida nas discussões que envolvem o exercício da profissão e afetam de forma significativa a atuação do médico que, diante do desconforto, minimiza os procedimentos o que pode resultar em uma avaliação incompleta. Os danos emocionais a que os médicos estão sujeitos revelam-se na síndrome de *burnout*, um estresse negativo, de duração temporária, mas que tem por quadro: rejeição às situações vividas; utilização indevida de alimentos e desregramento em relação ao sono como meio de enfrentamento das frustrações; visão e atitudes negativas predominantes sobre os acontecimentos; sentimentos depressivos, raiva, desesperança; cansaço; sentir-se chateado, retraído, irritado, buscando colocar a culpa na organização ou em outra pessoa. Esses indicadores permitem a identificação do quadro emocional experimentado. (RODRIGUES et al., 2011)

Algumas dessas situações que geram frustração aos médicos no exercício de suas práticas laborais, também são encontradas entre os profissionais da área da Segurança Pública, a exemplo do enfrentamento da morte; da violência; dos familiares em desespero e da cobrança realizada pela sociedade e pelos familiares diante da incapacidade em salvar a vítima ou elucidar a ocorrência. Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para o fato da opinião pública negativa como parte integrante da atividade policial. Essa percepção remonta ao enraizamento histórico que colocou em lados opostos a população e o aparato policial durante a vivência dos anos de repressão à democracia, vividos no contexto brasileiro. A atuação na área da Segurança Pública revela que "o conceito de risco desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam". (GOMES; MINAYO; SILVA 2003 apud SOUZA e MINAYO, 2005, p. 920).

Monteiro e colaboradores (2007) pesquisaram a qualidade de vida no trabalho exercido pelos bombeiros (integrantes do quadro dos policiais militares) em uma cidade da Grande Porto Alegre, região metropolitana. Apesar de a corporação contar com uma avaliação positiva por parte da população, nem assim ficam isentos de críticas por situações que fogem de sua alçada, a exemplo do trânsito que inviabiliza a chegada ao local do sinistro em tempo hábil. A valorização interna é avaliada a partir da baixa remuneração que os servidores recebem gerando a necessidade de exercerem outra atividade nos períodos em que não se encontram atuando como bombeiros. A escala de horários e a estabilidade foram consideradas como positivas, porém, a falta de equipamentos e o quadro de pessoal reduzido, além do treinamento inadequado

geram insatisfação que pode ser atrelada ao desgaste físico e emocional alicerçado na necessidade de manter o autocontrole, na obrigação de se manter “frio”, frente às tragédias ocorridas. (MONTEIRO et al., 2007)

Vasconcelos (2011) menciona que os fatores estressores da atividade na área da Segurança Pública podem evoluir para quadros mais graves com o uso de substâncias psicoativas, violência, desespero, podendo chegar ao limite com a ocorrência de suicídios. Frente a esse cenário, o governo federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASA), instituiu a Coordenação do Projeto de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública. A primeira ação voltada para a saúde, para a qualidade de vida e prevenção do estresse, foi implementada em 2008 mediante uma pesquisa nacional que buscou mapear os programas existentes na esfera estadual de apoio à saúde e qualidade de vida dos servidores da Segurança Pública em dezoito estados brasileiros mais o Distrito Federal, cobrindo cinco regiões, esses dados tinham como diretriz servir de base para o estabelecimento de políticas públicas. Os levantamentos desde então realizados apontam como fonte de estresse entre esses profissionais da Segurança: a desvalorização e visão negativa da sociedade para com eles; a ausência de apoio institucional; carência de equipamentos; falecimento de companheiros de trabalho e de vítimas diante da impossibilidade de salvá-las; treinamento inadequado. Atuar de maneira preventiva e repensar a gestão dos órgãos da Segurança Pública torna-se premente, dadas as implicações no sofrimento psíquico que impacta o trabalhador e a organização em termos de desempenho. (VASCONCELOS, 2011)

Essa perspectiva já fora assinalada por Filgueiras e Hippert (2003) ao buscarem discutir a relação entre estresse e trabalho não só de uma perspectiva social, mas também de ordem econômica e mercadológica, tendo em vista que o trabalhador saudável e ajustado se sente capaz para cumprir de maneira mais produtiva com as tarefas inerentes as suas atividades. A diminuição do número de licenças médicas, do absenteísmo, da aposentadoria por doenças e acidentes profissionais e o respectivo aumento da produtividade representam redução de custos e podem estar correlacionados à redução do estresse negativo dentro da organização.

As teorizações até aqui referenciadas dão conta das noções de bem-estar e desconforto no espaço laboral desde uma perspectiva sincrônica. As análises realizadas revelam um recorte espaço-tempo bem delimitado. A visão biopsicossocial informa da relevância de se atentar para os quatro domínios: biológico, social, psicológico e organizacional (LIMONGI-FRANÇA, 2009), porém, deixa à margem a historicidade e a relativização das concepções de qualidade de vida enquanto construção social decorrente de cada época. A inclusão da perspectiva diacrônica possibilita olhar para o bem-estar e o desconforto de modo mais abrangente, no âmbito societário, permitindo a identificação das permanências e das mudanças na qualidade de vida a partir das histórias e dos diferentes prismas concernentes às diversas culturas, portanto, enfatizando a heterogeneidade de significados sobre o que vem a ser bem-estar, sofrimento, desconforto. Intensificam-se, nessa concepção, as relações entre ambiente laboral e sociedade num *continuum* que busca auxiliar na compreensão do que vem a ser qualidade de vida numa perspectiva dinâmica e contextualizada. Com esse enfoque é que se pretende vir a contribuir para o avanço das teorizações do tema em questão.

Aliando-se as considerações tecidas no parágrafo anterior ao que afirma Vasconcelos (2011, p. 118) sobre ser “imprescindível realizar pesquisas específicas visando à investigação dos fatores que levam ao adoecimento e à precarização das condições de trabalho dos operadores de Segurança Pública”, torna-se imperativo elucidar os aspectos emocionais, vinculados à percepção olfativa, determinantes da saúde/doença no ambiente laboral da perícia, e suas consequências na qualidade de vida no trabalho, conforme tratado na seção 4. Todavia, para a consecução de tal empreendimento mister se faz o delineamento da história e do significado da percepção olfativa ao longo do tempo e enquanto construção social.

A percepção olfativa como uma construção histórico-antrropológica

Classen, Howes e Synnott (1996) argumentam ser o olfato um fenômeno cultural posto que os odores estão carregados de valores culturais que servem como meio apropriado e modelo para a definição e atuação no mundo por parte dos integrantes das sociedades. Segundo os referidos autores: "A natureza íntima, emocionalmente saturada da experiência olfativa, assegura que tais odores codificados em valores são interiorizados pelos membros da sociedade de um modo profundamente pessoal. O estudo da história cultural dos odores é, portanto, numa acepção muito correta, uma investigação sobre a essência da cultura humana". (CLASSEN et al., 1996, p. 13)

A obra basilar sobre esse tema foi elaborada em 1982 por Alain Corbin, na França. A tradução do livro no Brasil ocorreu em 1987. Assim, o livro *Saberes e odores* figura como uma referência para os estudos que envolvem a compreensão dos comportamentos sob a égide do olfato. Corbin (1987) desenvolve seu argumento de modo a tornar compreensível que a sensibilidade olfativa se altera ao longo do tempo e assume diferenças nos diversos segmentos que integram a sociedade. A primeira constatação trata de elucidar o desprezo pelos estudos que envolvam o olfato. No dizer do referido autor, um pré-conceito se instaurou em relação ao olfato, em razão do farejar ser traduzido como expressão de animalidade, de modo que quanto maior a inteligência, menor a capacidade olfativa. Classen e colaboradores (1996, p. 15) entendem a marginalização do cheiro como decorrente de "sua radical interioridade, de suas propensões para a transgressão de fronteiras e sua potência emocional" algo que tende a por em risco o regime abstrato e imperfeito da modernidade que pro-pugna pela objetividade.

No entanto, o paradoxo se instaura quando o olfato passa a atuar como mecanismo que pode garantir a vida. As substâncias nocivas desprendem odores que ao serem capturados permitem ao homem afastar-se desses produtos, seja de sua ingestão ou simples inalação.

Assim, as teorizações a seguir apresentadas encontram-se focadas na obra de Corbin (1987), dada a escassez de estudos sobre a temática.

O estudo do "ar" no século XVIII busca identificar os miasmas exalados pelas matérias em decomposição. A decomposição e os odores emanados vão suscitar o interesse dos estudiosos que acreditavam ser possível a partir da morte da matéria viva obter dados que permitissem o entendimento do equilíbrio vital. A instabilidade e a precariedade da vida são descortinadas pelo olfato. A volatilidade mostra a transitóriedade de algo que não se pode fixar, qual seja, a vida, a dissolução dos seres é inexorável. (CORBIN, 1987)

Os solos das cidades no século XVIII, em especial Paris, estão impregnados pelos excrementos, pelo sangue que escorre pelas ruas, e os odores não tardaram a se tornar insuportáveis. As construções como os hospitais e as cadeias apresentam paredes penetradas por odores fétidos (de maneira mais acentuada durante o verão) do mesmo modo que as mesas dos açougueiros e peixeiros guardam o odor nauseabundo das mercadorias por eles manuseadas. O odor dos cadáveres, dos excrementos parece se fixar nas narinas de modo mais intenso. Esse desconforto olfativo prenuncia ameaças decorrentes da proximidade com as tumbas mal vedadas. A dissecação de cadáveres pelos médicos coloca-os em situação de ansiedade ao presenciarem a morte e o adoecimento de colegas frente ao manuseio de matéria pútrida. O olhar e a audição vão reforçar o olfato. (CORBIN, 1987)

No século XVIII, a aproximação dos indivíduos junto às tumbas acabava por matá-los devido à inalação de gases tóxicos emanados dos cadáveres. A explosão de gases fétidos leva, no século XVIII, à separação dos mortos dos vivos, uma vez que o odor resultante dos corpos sem vida, em processo de decomposição causa horror e temor nos vivos. Assim, "a saúde pública estava ameaçada: as carnes fermentadas eram denunciadas como uma das fontes de epidemias que os 'miasmas' transportavam ao longo das ruelas estreitas". (ARIÉS, 2000, p. 180)

No dizer de Corbin (1987), a atenção para com os corpos e suas emanações ganha um caráter de maior destaque. As distinções odoríficas começam a ser percebidas, cada indivíduo exala um cheiro diferente. Os cheiros decorrentes de distinções de temperamento, cor da pele, não granjeavam atenção por parte dos médicos que só se detinham em algumas relações, a exemplo dos tristes perderem seus cheiros; e, do cheiro da bílis putrefeita acentuar-se em indivíduos tomados pela raiva.

As profissões vão determinar a impregnação de odores nos indivíduos e a noção de saúde do trabalhador é definida pela presença desses cheiros característicos. No caso do limpador, do curtidor, do açougueiro, do fabricante de velas, a profissão exercida era facilmente identificada pelo olfato, porque havia a crença de que as partículas voláteis das matérias manuseadas penetravam nos corpos desses trabalhadores e eram expelidas pelos seus humores. Para essas profissões ter saúde requeria possuir o odor característico do trabalho exercido: a ausência do cheiro denunciava a doença. Cumpre destacar que aqueles indivíduos considerados como sábios não emitiam odores fortes e não recebiam nenhum rechaço social. (CORBIN, 1987)

Com base na narrativa de Corbin (1987), tem-se que os cheiros dos corpos em putrefação eram mascarados pelo odor da fumaça oriunda das lareiras domésticas ou do movimento dos carros, já que esses aromas se misturam no ar e diminuem o desconforto do cheiro emanado pelos corpos sejam eles sadios ou doentes. As prisões configuravam-se como os espaços onde os odores dos corpos causavam repugnância.

Não há durante o século XVIII uma separação entre os odores exalados pelos corpos dos ricos e dos pobres. Os corpos de certos trabalhadores se encontram em contato com produtos fétidos, com a qualidade do ar ambiente inadequada e com vapores que são inalados tendo implicações na saúde do trabalhador, mas isso deve ser analisado conjuntamente com os alimentos por ele ingeridos, o clima e o temperamento apresentado pelo operário. A sua condição de trabalhador braçal não era atrelada aos fedores emitidos por seu corpo. Já no século XIX, os corpos emitiriam odores percebidos como diferenciados em função da camada social à qual o indivíduo pertencia. O burguês era classificado como desodorizado, ao contrário do povo, esse último percebido como infecto. (CORBIN, 1987)

No século XVIII, os estudiosos advogavam que os odores inalados repercutiam sobre o ser humano de maneira muito rápida e com grande poder em razão da proximidade do órgão olfativo com o cérebro. Por seu turno, no século XIX, essa mesma proximidade biológica é entendida como responsável pela capacidade da alma se entristecer ou se alegrar. (CORBIN, 1987)

O trabalho de Corbin (1987) evidencia que ainda no século XVIII ocorre o combate aos odores fétidos mediante o uso de mirra, cânfora, flores de camomila, quina, e os odores excrementícios de almíscar, âmbar ou zibeta. As várias substâncias combinadas são utilizadas para aumentar a resistência contra as infecções, como adstringentes ou balsâmicos. Os aromas passam a alegrar os melancólicos, os pós-aromáticos diminuem os problemas dos hipocondríacos. A fumegação também se coloca como medida a ser adotada. O poder da fumaça para afastar os males da putrefação é defendido inclusive com relação aos gases emanados das indústrias, eles agiriam no sentido de corrigir os miasmas, purificando as cidades.

Aos poucos os odores fortes obtidos pelo uso dos excrementos – almíscar, âmbar e zibeta – começam a ser desconsiderados, havendo uma ênfase nos danos que eles poderiam causar, a exemplo, de esgotar o psiquismo ou implicar cefaleias. Os perfumes fortes colocam em xeque a limpeza dos corpos. As fragrâncias suaves e delicadas passam a ser difundidas com o intuito de reforçar o gosto pelos aromas vegetais. (CORBIN, 1987)

Corbin (1987) refere que a distinção social começa a se dar de maneira mais intensa através dos odores no final do século XVIII. O povo é percebido como possuindo um odor forte que remete a um cheiro animal; por sua vez a elite exala o perfume das flores. As diferenças odoríficas entre o campo e a cidade irão se estabelecer: o campo será qualificado como um lócus onde há a pureza do ar; já as cidades configuram-se como lócus de impureza dada a aglomeração determinada em face da proximidade dos corpos.

Os espaços públicos começam a ser desodorizados. As profissões que infestam a cidade com os maus odores – curtidores, tintureiros, açougueiros – tendem a ser banidas para fora dos muros da mesma maneira que os hospitais e os cemitérios. Aqui se conforma a espacialidade que prima pela individuação, pessoas não irão dormir mais amontoadas em uma mesma cama, a tumba também será individual. O fogo passa a ter um poder desinfetante juntamente com a combustão da cal; essa última teria o poder de desodorizar os cadáveres. (CORBIN, 1987)

No século XIX, a fumaça deixa de ser percebida como purificadora e demanda preocupação pelos malefícios que ocasiona aos pulmões, a sensibilidade do olfato vai determinar mudanças significativas nas relações sociais. As atmosferas individuais, familiares e sociais vão funcionar no sentido de contribuir para a atração ou repulsa dos indivíduos entre si. A percepção dos odores dos corpos dos outros implica desconforto e requer uma menor proximidade. A estética do olfato vai determinar que no espaço privado da casa o quarto seja um espaço de individualidade e assim “os odores contribuem para fazer do quarto o espelho da alma”. (CORBIN, 1987, p. 217)

Segundo Corbin (1987), exacerba-se a especificidade dos odores individuais, inclusive com a elaboração de um trabalho científico que versava sobre o odor do sangue e o modo de reconhecimento possível, antecipando as impressões olfativas o que viria a ser a identificação pela via das impressões digitais. O estudo foi entregue à polícia judiciária, mas não foi adiante em termos de história da identidade.

O odor do cigarro que no final do século XVIII granjeava de baixa tolerância nos espaços públicos, na primeira metade do século XIX vai conquistar uma maior liberalidade. Todavia, a fumaça exalada, tida ainda como desodorizante por alguns médicos, será, por outros, qualificada como um cheiro grosso a ser condenado. (CORBIN, 1987)

Método

A pesquisa teve por foco os servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. O IGP obteve autonomia em 1996 configurando-se como uma instituição que, juntamente com a Polícia Civil, a Brigada Militar e a Superintendência dos Serviços Penitenciários, integra a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. A estrutura hierárquica do IGP apresenta quatro departamentos: Departamento Médico-Legal, Departamento de Criminalística, Laboratório e Departamento de Identificação. As atribuições do Departamento de Criminalística elencadas no site do IGP englobam a realização de perícias baseadas em conhecimentos científicos.

A estada em campo no DC está dividida em dois momentos. No primeiro período, compreendido entre 2007 e 2010, objetivou a captura das culturas organizacionais tendo por focos específicos a construção das identidades, aspectos de gênero, saúde mental, enfrentamento da morte violenta desde uma perspectiva profissional e a socialização dos novos ingressantes. De 2011 a 2014, nova etapa da pesquisa encontra-se em andamento. Aspectos culturais e comportamentais, ainda não explorados, vêm sendo objeto de investigação. A qualidade de vida no trabalho e a saúde/doença determinadas pela percepção olfativa abordada nesse texto é um desses enfoques.

Embora haja um corte em dois projetos, na prática não há como não intercruzar os dados obtidos, uma vez que o objeto é o mesmo ao longo do tempo. Assim, esse estudo enquadra-se na categoria dos estudos etnográficos, método considerado por Sato (2003, p. 45) como adequado por se mostrar “fértil para estudar a saúde mental e trabalho [...]. Na concepção de Angrosino (2009, p. 30) a etnografia “é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”.

O leitor deve estar se questionando sobre a conotação de arte apontada para esse tipo de pesquisa. Ocorre que a etnografia se apresenta como processo e como produto. Enquanto processo, o destaque centra-se na estada em campo, na relação com os pesquisados, na capacidade do pesquisador de enfrentar “as saias justas” da

convivência diária. O produto é o texto etnográfico que vai requerer o uso da criatividade seja para que a apresentação dos dados mostre-se condizente com o universo pesquisado, seja para que a análise revele a capacidade de interpretação do pesquisador e no respeito para com as falas ômicas. Essas duas perspectivas não se dão de modo isolado, muito pelo contrário, “o campo e a escritura são concebidos como processos intimamente vinculados na prática etnográfica”. (GHASARIAN, 2008, p. 9)

Ghasarian (2008) afirma que a etnografia sob a perspectiva de processo refere-se ao estudo de uma cultura de modo mais ou menos compartilhado. Goodenough (1957), citado por Winkin (1998, p. 131), simplifica a noção de cultura ao afirmar que ela é: “Tudo o que é preciso saber para ser membro”. No campo objeto de investigação, o DC, é importante atentar para o fato do compartilhamento das vivências se dar de modo restrito e resultar em determinadas lacunas, isto porque a área da Segurança Pública remete a questões que implicam sigilo para não pôr em risco a eficácia dos procedimentos investigativos. Porém, isso não invalida o trabalho, como ressalta Winkin (1998, p. 140):

A formação para o procedimento etnográfico passa primeiro pela observação, que, aliás, não deve necessariamente ser participante. Não é porque você está fazendo um estudo sobre a vida social de um bar que você tem de ser garçom de bar. É preciso simplesmente estar ali, viver no ritmo do bar. Não há a necessidade de desempenhar um papel profissional no lugar estudado.

O referido autor também sinaliza que para que seja possível enxergar os fenômenos culturais de um determinado grupo humano deve haver a “etnografia minuciosa, mas teoricamente informada” (1998, p. 132), dado que “a teoria vai levar a ver mais e mais longe. E não é preciso encher-se de teorias para produzir esse efeito”. (WINKIN, 1998, p. 135) Três etapas são apontadas como integrantes de uma etnografia: a estada em campo para a obtenção dos dados; a elaboração do texto etnográfico e a devolução para os informantes da análise realizada. Até o presente os artigos produzidos vêm sendo discutidos com os informantes.

Os dados obtidos inicialmente através de entrevistas semiestruturadas deram uma dimensão dos trabalhos efetuados no departamento pelas diferentes seções que o compõem (Balística, Documentoscopia, Informática, Ambiental, Engenharia, Química, Plantão e outros). Entrevistas com servidores aposentados revelaram como as marcas do fazer profissional permanecem ao longo do tempo. Até o momento, 29 entrevistas semiestruturadas integram o volume de dados e são as que deram suporte às conclusões deste trabalho. Acompanhar o módulo *Locais de Crime contra a Vida* no curso de Formação para os novos peritos também permitiu um contato próximo com a realidade desses servidores. Por fim, passar manhãs ou tardes junto à equipe que se encontra de plantão oportuniza longas conversas formais e informais, bem como a observação do cotidiano laboral daqueles que durante vinte e quatro horas devem estar a postos para atender as ocorrências e trabalhar em um cenário de violência. Todas as observações foram e continuam sendo registradas em diários de campo.

A análise dos dados contemplou a articulação dos embasamentos teóricos com as categorias ômicas e com a interpretação ética.

Os odores da atividade profissional e os danos à saúde e à qualidade de vida no trabalho

Quando me dirigi pela primeira vez ao DC, era mês de junho de 2007 e o inverno gaúcho já dava pistas de que seria rigoroso. Passava das 7h da manhã e as viaturas estacionadas em frente ao prédio do Departamento de Criminalística, situado na Rua Princesa Isabel, no bairro Santana, em Porto Alegre, tinham os para-brisas brancos da geada da noite. A escada que dava acesso da portaria ao andar superior registrava um transitar de pessoas que subiam e desciam com travesseiros e cobertores embaixo

dos braços e sacolas de nylon nas mãos. Mais tarde descobri serem os servidores do plantão, uns chegando para a jornada de 24h e outros saindo de uma permanência de 24h. Fui conduzida naquele mesmo dia para conhecer as instalações do Departamento e constatei a simplicidade do espaço imaginando o quanto deveria ser difícil enfrentar as baixas temperaturas naquele local.

A busca da verdade através de meios científicos para comprovar a inocência ou culpabilidade da autoria de um crime é o mote da realização profissional enunciada por esses servidores. Cada dia da semana possui três equipes de plantão, no início da pesquisa eram apenas duas equipes, formadas por: um perito, um motorista, um papiloscopista e um fotógrafo. O chefe da equipe é o perito.

Durante a jornada, os peritos costumam ficar reclusos em seus quartos individuais, com computadores à disposição. As camas possuem colchões, mas a roupa de cama é trazida pelo servidor do plantão, bem como travesseiro e cobertas. Um banheiro é destinado para uso exclusivo dos peritos. Essas dependências ficam do lado direito no sentido de quem sobe a escada que leva até o corredor. Um banheiro localizado igualmente deste lado do corredor é de uso dos motoristas, papiloscopistas, fotógrafos e outros servidores das demais seções.

Do lado esquerdo, o alojamento dos motoristas e dos papiloscopistas só possui um quarto individual, ou seja, a privacidade é bem menor, a ocupação do espaço de modo coletivo é ainda maior no quarto destinado aos motoristas. Computadores estão disponíveis nos quartos. Há uma espécie de sala de convivência, onde fica o computador que está acoplado a um sistema que emite um ruído alto (identificado pelos servidores como apito de navio) avisando a "entrada de um local". Junto ao computador, atendentes avisam as equipes que mediante rodízio saem para o atendimento, mas não é raro todas as equipes estarem na rua atendendo ocorrências ou mesmo saindo de um local para outro sem retornar à base. Assim, almoçar, jantar e dormir é sempre uma grande incógnita, pois a qualquer momento a equipe pode ser demandada e tem cerca de quinze a vinte minutos para sair da base. A saída inclui a troca de sapatos e a colocação de um jaleco ou colete com a inscrição que identifica a função e o órgão da Segurança, por exemplo: Perito Criminal – Instituto-Geral de Perícias; ou camisetas e jaquetas, essas últimas confeccionadas por solicitação dos servidores e pagas com recursos próprios. A importância da indumentária, segundo os servidores, é a facilidade de acesso aos locais por permitir uma imediata identificação da equipe por parte daqueles que não a integram. Sob o ponto de vista simbólico, a roupa específica possibilita a distinção entre a indumentária comum e a de trabalho, aquela que deve ser separada, pois entra em contato com os miasmas, assim como os calçados que a exemplo do relato do perito J são lavados toda a semana, inclusive em seu solado. É preciso se livrar das "contaminações" da morte. Além disso, a identificação permite destacar aquele que é o chefe da equipe: o perito.

Todos esses aspectos da ambientação revelam as possíveis tensões experimentadas, as alterações no sono, na alimentação, o que pode causar "elevados níveis de estresse, fazendo com que o indivíduo sofra". (GHERARDI-DONATO et al., 2011, p. 44)

Na mesma sala de convivência anteriormente referida é compartilhado o cafeeirinho, alimentos, além das conversas e da assistência a programas de televisão. No período da tarde, um jogo de cartas pode servir como distração. O pó de café é comprado através do dinheiro arrecadado entre os servidores. Para acionar a reciprocidade, estudada por Mauss (2003), costume comprar café no Mercado Público, moído um dia antes da minha ida ao DC, o pó ainda exala um forte aroma e é imediatamente motivo de comentário positivo por parte da equipe.

A capacidade de percepção olfativa dos meus informantes me chamou a atenção. Os maus e os bons odores são capturados e feitos comentários sobre o conforto ou desconforto que lhes causam. Assim, meu perfume inúmeras vezes foi elogiado por vários servidores e percebido como agradável. O perfume da Diretora que atuou no primeiro período da pesquisa também permitiu a identificação de sua presença no Departamento. Em certa ocasião ouvi a fala de um perito para a Diretora: "Vim até a tua sala porque senti o teu perfume".

Se os odores agradáveis são imediatamente identificados, os miasmas também e, talvez, de maneira ainda mais intensa ficam gravados na memória olfativa.

No curso de formação de novos integrantes do departamento, no módulo de *Locais de Crime contra a Vida*, na Turma 2, o perito-professor revelou aos neófitos a sua dificuldade em lidar com os cheiros exalados nos locais de crime e a opção que fez pelo cigarro como forma de mascarar os odores característicos da decomposição humana e dos líquidos que se esvaem dos corpos. Com base no resgate histórico de Corbin (1987) essa atitude remete ao inconsciente coletivo (YUNG, 1987) de que a fumaça servia de artifício para afastar os males da putrefação, corrigindo os miasmas, purificando as cidades, utilizada inclusive nas igrejas para diminuir o cheiro dos cadáveres. Ou seja, remonta ao século XVIII o emprego da fumaça como forma de driblar o cheiro da putrefação. Havia a crença no poder desinfetante do fogo, iniciada no século XIV, e que se estendeu até meados do século XIX. O cheiro da morte é aquele que primeiramente deixa de ser suportável na história do olfato:

Dentro da extensa gama de fedores, é o do cadáver o primeiro que parece ter suscitado mais amplamente a intolerância. [...] a precocidade das queixas formuladas pelos residentes na vizinhança dos cemitérios o comprova. A colocação do odor cadaveroso e a corrupção das carnes e dos metais em mútua relação reaviva a ansiedade, justifica a veemência do tom. Separar o mundo dos mortos do mundo dos vivos passa a ser uma exigência incessantemente reiterada. (CORBIN, 1987, p. 81)

A memória olfativa também foi revelada, nesse mesmo módulo, pela perita-docente ao narrar a dificuldade que possui de lidar com luvas de borracha fora do âmbito do trabalho. Para ela, as luvas de borracha utilizadas em levantamento de local emitem um odor que por associação induz ao cheiro de morte, daí a restrição imposta ao produto que não faz parte do rol de materiais de limpeza que entram em sua casa.

A entrevista realizada com uma servidora aposentada, por motivo de saúde, traz à tona as percepções olfativas que se mantém apesar do tempo de afastamento da atividade.

Sabe qual é a pior coisa numa cena de um crime? O cheiro, o cheiro da morte tu nunca esquece. O cheiro da morte tu nunca esquece... A visão tu leva, agora o cheiro, cara tu não tem noção do que é o cheiro da morte. No final do verão o cara morto num casebre num quarto fechado, toca assim no cara (inaudível) gases verdes. Não tem como não vomitá. O delegado vomita. Todo mundo. Não tem como. Isso é uma coisa humana. Quando a gente trabalhava pegava folhinha de eucalipto ou laranjeira e amarrava numa camiseta ou num lenço para entrar no local. Pô, tem que entende aquela cena, sentir aquele cheiro, só com máscara de oxigênio. Cheiro, cheiro da morte, cheiro, tu não tem noção. Pior coisa, na minha opinião, é o cheiro. O cheiro da morte assim é uma coisa (Aposentada 2).

A repetição da percepção olfativa negativa desta fala revela o quanto esse sentido ficou marcado pela lembrança do odor fétido da putrefação. Igual ao momento em que na história do olfato o ser humano se voltou para a aromatização através das plantas deixando de lado o odor forte liberado pelas composições que levavam excrementos em sua fórmula, as folhinhas de laranjeira e de eucalipto utilizadas trazem os benefícios da desodorização e da busca por banir os odores que podem denunciar possíveis contaminações, lidar com corpos que exalam gases indica a possibilidade de contrair doenças. Seria essa luta contemporânea decorrente de um exercício profissional a mesma travada ao longo dos séculos XVIII e XIX contra “os miasmas contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição” (CORBIN, 1987, p. 21)? É nos arômatas que os estudiosos do século XIX encontravam a maneira mais adequada de preservação contra as epidemias. Sachês de arruda, erva-cidreira, flor de laranjeira, manjericão, folhas de louro, tomilho, dentre outros, eram indicados para serem colocados nos aposentos para combater as pestes.

A realização de levantamento de local em prisões também traz à lembrança da servidora aposentada o cheiro da criolina que impregna o espaço, espaço esse que remete ao perigo iminente de não sair com vida de um reduto com portas que vão se fechando na medida em que o indivíduo vai entrando. A prisão é um dos laboratórios para os estudos do olfato no século XVIII: "Em terra, o pior dos escândalos olfativos é a prisão. O fedor significa a putrefação viva e coletiva dos detentos. O apodrecedouro humano acumula a infecção genealógica e a putridez presente". (CORBIN, 1987, p. 69)

A memória recupera os medos e os odores atrelados a esses medos. É bem possível que essas relações não se fizessem conscientes ao longo da atividade laboral, mas com o afastamento pela aposentadoria as marcas parecem delinear um quadro mais claro das implicações do trabalho com a morte violenta. A entrevistada menciona que para fazer frente a essas situações passou a usar substância psicoativa: o álcool. Gherardi-Donato e colaboradores (2011) referem que certas pessoas se apresentam como mais vulneráveis diante das tensões impostas pelo exercício laboral e ao terem um pequeno repertório de recursos no âmbito pessoal e social, visando a adaptação em situações de desgaste emocional, passam a incorporar o uso do álcool como estratégia de enfrentamento para lidar com a carga de violência a que estão submetidas do ponto de vista emocional. Tal registro não significa que todos os servidores farão uso de substâncias psicoativas como forma de enfrentamento do desconforto emocional. A personalidade e os apoios obtidos de diferentes ordens sejam de familiares, amigos, colegas, podem ter implicações diferenciadas entre aqueles que executam uma mesma atividade, o grau de estresse, por exemplo, pode não ser o mesmo. (JOHNSON et al., 2009)

A Aposentada 2 declara que o trabalho na Criminalística exerce um fascínio decorrente da visão policial, da autoridade que os servidores possuem em chegar à autoria de um crime e também é emocionante porque a morte é algo que fascina muito as pessoas em razão dela ser ainda um mistério.

Mas, em termos de análise, é possível que essa percepção da informante também esteja, ainda que de forma inconsciente, ligada ao sentido do olfato. Quando os estudos sobre o ar e o olfato tiveram início, a desunião das partes do corpo vivo, a angústia da morte, é que apresentava fascínio, era a dissolução da matéria viva, a decomposição que era estudada com vistas à compreensão do equilíbrio vital. A fetidez resulta da desordem, do desequilíbrio, o aroma agradável resulta do princípio vital. De maneira correlata é o contato com a morte que faz com que os servidores do Departamento de Criminalística tenham outra perspectiva sobre a vida:

Valoriza muito a vida humana. [...] Quando tu trabalha com uma situação limite, aquilo tem um valor maior, porque a distância ainda é maior, tu conhece os, os extremos, parece que fica maior, né? porque quando tu não convive com o crime, não convive com uma atividade de risco, tu tem uma vamos dizer assim, a tua vida, a tua vida, as variações são menores, no momento em que, em que tu te aproxima de atividade de risco, tu vê como é variável, e como é tênue, essa coisa da vida também é tênue, né? Quem nunca viu alguém morrer, nunca viu alguém morto, não vê como isso é comum, é frágil, então, muitos, tu trabalha com a fragilidade da vida, tu dá mais valor a vida (Entrevistado H).

A fala anterior revela a negação do sofrimento decorrente do contato laboral com a morte e a violência através da ênfase na vida, na valorização da vida.

Num dos dias em que estive em campo, um dos servidores, que integrava a equipe de plantão na ocasião, pediu que eu esperasse o seu retorno de um local de crime para que pudéssemos almoçar juntos. A chegada do profissional ocorreu por volta das 15h30min, como já não havia nenhum bar ou restaurante oferecendo almoço, a opção foi por um lanche em um local próximo ao DC. Acompanhei o processo de escolha do alimento por parte do informante, ele solicitou previamente uma cerveja alegando estar com muita sede, de posse do cardápio demorou de modo considerável para se decidir por um lanche. Arrisquei perguntar sobre o local e a resposta veio que o corpo já se encontrava em processo de decomposição e que havia um cachorro por

perto. Diante da expressão do servidor não me senti autorizada a proceder nenhum questionamento adicional. O depoimento revelou que os sentidos provavelmente capturaram a imagem e o cheiro da decomposição ocasionando dificuldade na escolha da alimentação por parte do trabalhador.

Da mesma maneira que a narrativa de outra perita torna evidente a dificuldade em lidar com a putrefação e posteriormente com os alimentos:

Uma coisa que ficou na minha memória foi um local, mas pelo desdobramento. Um local que eu atendi logo que cheguei aqui. Depois desse local eu passei meses que eu não podia comer peixe, porque foi um cadáver que foi encontrado numa olaria, dentro de um buraco que eles fazem pra tirar, como é que se diz, pra fazer o tijolo, pra tirar a matéria-prima, a argila, o barro. A pessoa caiu ali, morreu, ficou um mês mais ou menos, ou mais, uma temporada de chuva e tal. Aí eu fui acompanhando um colega, aí chegamos lá, era verão, eu tava com um vestido e um bolero, mas isso até é uma coisa pessoal, me marcou pelo desdobramento na imprensa. E eu peguei o casaco assim, um cheiro que não se aguentava e tava em tal estado de putrefação que tu tocava assim na parte de baixo do abdômen, formava uma onda assim, sabe? Aquilo subia aquela onda, por isso eu te falei do peixe, parecia assim acinzentado, uma cor assim, bem... Eu fiz assim com o bolero (gesto protegendo o nariz), me abaixei pra examinar né, tinha lá um questionamento de uma, tinha uma dentadura do lado, a gente queria ver se seria ou não do. Aí, em primeiro lugar, o meu colega antigo, pegou uma caneta e puxou pra ver, eu digo, bah. Quando eu fiz esse movimento pra me abaixar, a imprensa, a imprensa sempre nos atrapalhando, nos incomodando, tirou uma foto. Daí, no dia seguinte saiu assim: Malinha, era o nome da pessoa que se achava que fosse, no fim não era, era um bandido que no fim foi morto, irmã do Malinha chora a morte do irmão e a minha foto no jornal. Eu digo: Meu Deus! Fiquei indignada. E quando eu chego aqui tava aquela foto no mural, né. O pessoal ainda botou de sacanagem. Aí eu falei com o Diretor, fiz um auê, aí ele ligou para a imprensa, saiu uma foto desse tamanho (grande). No dia seguinte saiu na imprensa assim, desse tamanhinho (pequenina): a foto publicada era da perita, não era da irmã. (Entrevista A)

Ao fazer essa narrativa para a pesquisadora, a perita buscou enfatizar a ação da imprensa, mas é igualmente enfática na menção ao cheiro e as implicações sobre a sua alimentação naquele período. Os agravos decorrentes desse contato com a morte, gerando sofrimento e disfunções físicas nos trabalhadores da área da Segurança Pública, revelam a falta de um trabalho de apoio aos servidores. Algo semelhante ao encontrado por Monteiro e colaboradores (2007) junto aos bombeiros que após lidarem com episódios que despertam forte carga emocional devem retornar ao quartel como se nada tivesse acontecido e, sem receber nenhum tipo de apoio psicológico, estarem prontos para atender uma nova ocorrência. O mesmo foi verificado entre os servidores do DC, remetendo aos estudos que denotam ser a profissão de policial uma das mais estressantes em relação ao bem-estar físico e psicológico e de menor nível de satisfação com o emprego, todavia, o fator emocional pode não ser suficiente como determinante para o estresse, outras causas podem ter implicações. (JOHNSON et al., 2009) Vale destacar que apesar da perícia não ser polícia, lida com o mesmo evento, qual seja o crime, estando, portanto, os servidores sujeitos a vivências semelhantes.

Os levantamentos de Corbin (1987) mostram que a partir de um dado momento a tolerância para com os cheiros dos corpos das pessoas vivas começa a diminuir e isso vai ter repercussões no modo de vida dos indivíduos. As camas que eram compartilhadas passam a ser individuais, mais tarde a necessidade do quarto pessoal, privativo, também irá se consolidar. Essas mudanças trazem em seu cerne a individualização e concentram-se primeiramente entre as elites. Entre as camadas menos abastadas, o coletivo permanece como sendo o costume. Portanto, camas e quartos individuais vão refletir a hierarquia existente na sociedade e as diferenças de poder estabelecidas nos séculos XVIII e XIX.

No campo investigado, ou seja, em pleno século XXI, também é possível observar a hierarquização pela forma como se configuram as distribuições dos espaços e a individualização. Os peritos, considerados os chefes das equipes que se deslocam

para atender os locais de morte, dormem em quartos privativos, eles possuem um banheiro de uso exclusivo, algo que denota o *status* superior, o poder que detêm. Já os papiloscopistas e os motoristas dormem em quartos coletivos, sendo apenas um individual, e o banheiro é de uso desses servidores e também daqueles que atuam nas diferentes seções próximas ao setor do plantão. A proximidade dos corpos entre aqueles que integram o estrato considerado hierarquicamente inferior na equipe do plantão, papiloscopistas e motoristas, mostra que a tolerância para com os odores corporais deve ser maior nesse grupo de servidores. Uma servidora revelou que costuma proceder a desinfecção do colchão postado na cama a ela designada, antes de colocar sobre ele as suas roupas de cama. A Aposentada 2 lembra que no passado as instalações eram bastante degradadas e sarna e piolhos eram encontrados nos alojamentos. Dentre suas memórias, o registro da discriminação existente entre peritos e fotógrafos/papiloscopistas. Em seu relato, a afirmação de que os peritos consideravam os demais profissionais como sendo de segunda linha, havia a humilhação de um estrato profissional em relação aos demais colegas de outras categorias.

Essas colocações permitem a identificação de uma qualidade de vida no trabalho comprometida pelas relações pessoais desrespeitosas e pela carência de uma reestruturação no âmbito da gestão, além de uma ambientação física precária, sem a higienização necessária ao bem-estar do servidor. Chanlat (2011, p. 122) nomina diferentes espacialidades: abertas, fechadas, em fluxo, delimitadas, personalizadas ou despersonalizadas, com significado ou sem significado, estéticas ou não, todas as possibilidades correspondem a uma geografia do trabalho que requer atenção posto que “cuidar do espaço é se interessar pelas pessoas que aí se encontram”. As condições ambientais desfavoráveis intensificam a percepção sobre as exigências reduzindo a tolerância para com os outros estressores repercutindo na motivação. Hurrell Jr. e Sauter (2011) chamam a atenção para a baixa qualidade do ar como sendo um fator que contribui para um alto índice de estresse no trabalho, bem como relatam que costumam ocorrer surtos de doenças psicogênicas nos ambientes considerados desagradáveis, sob o ponto de vista físico, pelos trabalhadores.

As condições organizacionais podem vir a agravar a saúde de seus servidores desde uma perspectiva física e emocional caso a capacidade de adaptação do indivíduo seja frágil. A atenção para o perfil do servidor a ser recrutado para a área da Segurança já foi apontado por Vasconcelos (2011) como sendo de extrema relevância. É preciso pensar que esse trabalhador vai atuar em situações limites e que ainda terá de enfrentar as precariedades inerentes ao serviço público, cujos recursos humanos e materiais sempre se mostram aquém das necessidades, muito mais nesse setor onde a criminalidade tende a ser cada vez maior gerando uma sobrecarga de trabalho. Sendo assim, vale criar estímulos à sociabilidade entre os superiores, os pares e os trabalhadores de estratos inferiores e mesmo na interação com o próprio ambiente visando criar espaços de escuta compartilhados e passíveis de minimizarem o sofrimento decorrente da atividade ocupacional.

A questão dos cheiros no DC está de certo modo ligada à desinfecção pelo contato com corpos em decomposição e com os líquidos emanados desses corpos. O cheiro do sangue humano em locais de morte é percebido pelos peritos como adocicado e muito forte. Embora, segundo Corbin (1987), o estudo científico, no século XIX, sobre o odor do sangue e o modo de reconhecimento possível da identidade do indivíduo, as impressões olfativas (método que intentava antecipar o que viria a ser obtido mais tarde com as impressões digitais), não tenha tido sequência em termos de pesquisa, o formato das manchas de sangue no local de morte passou a ser aspecto fundamental para a detecção da dinâmica do crime. Nesse caso, não é o olfato o sentido privilegiado, mas sim a visão. De qualquer maneira o contato com o sangue através dos sentidos mostra-se necessário ao fazer a perícia. O corpo disforme, em estado de putrefação, emanando líquidos, atraiendo uma quantidade muito grande de moscas varejeiras, tende a exalar, de forma ainda mais exacerbada, odores quando do manuseio desses corpos, o que acaba por intensificar o desconforto dos servidores do DC ao aspirarem esses cheiros nauseabundos. Durante a minha permanência junto aos servidores no plantão foi possível observar o uso do álcool para a limpeza

das mãos depois da volta de um local de crime. O uso de produtos de higiene pessoal (desodorante) de modo público, na frente de todos os colegas e da pesquisadora, é feito com naturalidade e exaltado em razão do aroma agradável que emite.

O perito J relatou que, quando atuava no Plantão, ao prestar atendimento em local de morte, o cheiro da decomposição humana ficava impregnado de tal maneira em suas narinas, não desaparecendo nem após o banho. A percepção olfativa do pútrido tende a se sobrepor à higienização realizada, algo já apontado por Corbin (1987) na historiografia dos odores do século XVIII.

A perita AB relatou que para enfrentar os locais de morte costuma esfregar próximo das narinas um unguento conhecido como Vick Vaporub. Trata-se de um vaporizante / descongestionante a base de mentol, cânfora e óleo de eucalipto que funciona de modo a mascarar os odores fétidos. O uso de remédios à base de ervas é encontrado em outras culturas como a dos uaraus, povo da Venezuela oriental, onde as mulheres combatem odores fétidos com fragrantes remédios de ervas que acreditam ter poder curativo na medida em que eles penetram no corpo expulsando odores prejudiciais e devolvendo à pessoa o estado de saúde passível de ser detectado através da ausência de odor. (CLASSEN; HOWES; SYNNOTT, 1996)

Ainda, a perita AB diz ser importante prestar atenção na direção do vento e se posicionar de maneira adequada no espaço de modo a aliviar a percepção olfativa desagradável que emana do corpo em decomposição. A utilização de máscaras mais sofisticadas é considerada pela perita AB como desconfortável por possuir um desenho que atrapalha as ações a serem desempenhadas no exercício das atividades periciais, além de causar nos dias de verão uma maior sensação de calor.

Em suma, o olfato enquanto organizador das diferenças sociais e responsável pela memória dos bons e maus momentos experimentados pode ser identificado nos dados de campo obtidos junto aos servidores do Departamento de Criminalística. Houve a identificação de maior incidência de relatos que denotam sofrimento, aqui entendido como uma reação ao perigo, “manifestação da insistência em viver sob circunstâncias que, na maioria das vezes, não são favoráveis. A vida, nesse sentido, é árdua e proporciona sofrimentos diversos, decepções e tarefas impossíveis”. (BRANT; GOMEZ, 2005, p. 941)

Considerações finais

No campo da Administração o conforto das instalações para os trabalhadores como forma de garantir a produtividade remonta aos estudos de Hawthorne, em 1927, na Western Electric, em Chicago. Os experimentos realizados inicialmente mediante a dosagem da intensidade da iluminação evidenciaram que os fatores psicológicos tendem a ser mais influentes do que as variáveis físicas do ambiente. (CHANLAT, 2010) Até os dias atuais há certo interesse em estudar o espaço e também as implicações de ordem psicológica no trabalho seja mediante as pesquisas que buscam identificar o clima e a cultura organizacionais, a motivação, a qualidade de vida no trabalho, seja a preocupação inerente à área específica, a ergonomia, com o desenvolvimento de móveis e de equipamentos anatomicamente corretos para serem utilizados no dia a dia laboral. Todavia, o foco específico no olfato ainda prescindia de estudos.

No caso do campo investigado, existe a possibilidade de intervenção no ambiente onde os servidores ficam alojados, no departamento. A desodorização e a aromatização frequente do ambiente podem diminuir as sensações desagradáveis decorrentes do contato com o exterior que inclui corpos em putrefação e ambientes nem sempre higienizados, no dizer de uma ex-servidora: o trabalho implica contato com “casebres fedorentos”. Tendo ainda presente que as percepções olfativas consideradas significativas são advindas de fora do DC, dos locais de crime atendidos, ações institucionais deveriam ser aventadas no sentido de propugnar a quem de direito o desenvolvimento de máscaras e indumentárias apropriadas, ergonomicamente adequadas, para a atuação nesses espaços.

No âmbito emocional, fornecer apoio psicológico ou psiquiátrico para esses servidores é fundamental, uma vez que o olfato para quem trabalha com a morte violenta desencadeia emoções negativas. (MALNIC, 2008) Uma proposta seria no sentido da opção pela Gestão Psicossomática de Pessoas que para Zular (2011) consiste em uma ferramenta simples e de fácil aplicação, uma vez que o fundamento vital dessa perspectiva centra-se na empatia que, diferentemente da simpatia, não requer uma identificação permanente, mas sim entender e compreender as premissas e pressupostos do outro de maneira a atuar consoante a realidade daquele. Seria compartilhar da visão biopsicossocial que propõe enxergar o ser humano de maneira integral. Assim, a qualidade de vida seria entendida a partir dos diferentes domínios: o biológico, o social, o psicológico e o organizacional (LIMONGI-FRANÇA, 2009) e numa perspectiva diacrônica que remeta aos aspectos históricos, culturais que contribuem para a construção e percepção do significado de bem-estar no contexto contemporâneo, seja ele societário ou organizacional.

Vale referir que a contribuição do artigo sob o ponto de vista acadêmico foi exatamente o de problematizar a noção sincrônica desenvolvida até então pelos estudiosos que se limitam a um recorte espaço-temporal específico, sem a devida relativização cultural e o resgate histórico, aspectos aqui entendidos como relevantes para a compreensão do que vem a ser bem-estar a partir da dinâmica que, consciente ou inconscientemente, ora mantém percepções do passado, ora reconstrói as sensações com novos elementos.

Por fim, o esforço empreendido nos séculos XVIII e XIX para retirar os corpos dos mortos da presença dos vivos parece não ter se concretizado totalmente no século XXI e as medidas para diminuir esse confronto só se tornarão viáveis a partir de ações públicas voltadas para a área da Segurança de modo a inibir o número de homicídios que se mostra em um crescente nas várias cidades brasileiras, obrigando os servidores da área a se defrontarem cada vez mais com o “cheiro da morte”, algo que se reflete na saúde física e mental dos trabalhadores. Corrobora-se aquilo que foi apontado por Souza e Minayo (2005), isto é, que ao lado das ações em busca da qualidade de vida e da saúde mental dos trabalhadores da área de Segurança sejam implementadas políticas públicas visando a diminuição da criminalidade.

Referências

- ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARIÉS, Phillip. *Morir en Occidente*. Córdoba: Adriana Hidalgo, 2000.
- BRANT, Luiz Carlos; GOMEZ, Carlos Minayo. O sofrimento e seus destinos na gestão do trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 939-952, out-dez., 2005.
- CHANLAT, Jean-François. *Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- _____. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 110-131.
- CLASSEN, Constance; HOWES, David; SYNNOTT, Anthony. *Aroma: a história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FILGUEIRAS, Júlio César; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: possibilidades e limites. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 112-141.

GHASARIAN, Christian. *De la etnografía a la antropología reflexiva*. Buenos Aires: Del Sol: 2008.

GHERARDI-DONATO, Edilaine C. Silva; LUIS, Margarita Antonia Villar; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça. A relação estresse, uso de álcool e trabalho. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 42-51.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, abr./jun., 2003.

HURRELL JR., Joseph J.; SAUTER, Steven L. Stress ocupacional: causas, consequências, prevenção e intervenção. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 213-230.

JOHNSON, Sheena et al. A vivência do stress relacionado ao trabalho em diferentes ocupações. In: ROSSI, Ana Maria; QUICK, James Campbell; PERREWÉ, Pamela L. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 65-77.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 151-161, 2000.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho: o desafio da gestão integrada. In: ROSSI, Ana Maria; QUICK, James Campbell; PERREWÉ, Pamela L. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 256-277.

MALNIC, Bettina. *O cheiro das coisas: o sentido do olfato: paladar, emoções e comportamentos*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2008.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENDES, Jussara Maria Rosa. O acidente e a morte no trabalho: o verso e o anverso de uma história e a construção social de sua invisibilidade. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 325-341.

MONTEIRO et al.. Bombeiros: um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 554-565, set., 2007.

RODRIGUES, Avelino Luiz; CAMPOS, Elisa Maria Parahyba; VALENTE, Guilherme Borges. Qualidade de vida e Burnout em médicos. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 127-154.

SANT'ANNA, Anderson de Souza; KILIMNIK, Zélia Miranda; MORAES, Lúcio Flávio Renault de. Antecedentes, origens e evolução do movimento em torno da qualidade de vida no trabalho. In: SANT'ANNA, Anderson de Souza; KILIMNIK, Zélia Miranda. *Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos*. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2011, p. 3-30.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 31-49.

SIEGRIST, Johannes. Recompensa social e saúde – como reduzir o estresse no trabalho e além dele. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e Qualidade de Vida no Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 55-71.

SOUZA, Ednilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, out./dez., 2005.

- VASCONCELOS, Tatiana Severino de. Programas de Gerenciamento do Estresse e Qualidade de Vida no Trabalho na Área de Segurança Pública. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 110-126.
- WINKIN, Yves. *A nova comunicação*. São Paulo: Papirus, 1998.
- YUNG, Carl G. (Org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- ZULAR, Artur. Gestão de pessoas: uma visão psicossomática. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. *Stress e qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 201-212.

Submissão: 26/07/2012

Aprovação: 18/01/2014